

Markscheme

November 2018

Brazilian social studies




Standard level






Paper 2


This markscheme is **confidential** and for the exclusive use of examiners in this examination session.

It is the property of the International Baccalaureate and must **not** be reproduced or distributed to any other person without the authorization of the IB Global Centre, Cardiff.

The following are the annotations available to use when marking responses.

Annotation	Explanation	Associated shortcut
CKS	Clear Knowledge Shown	
CON	Contradiction	
CPV	Clear personal voice	
✗	Incorrect point	
DNF	Does not follow	
EE	Effective Evaluation	
EG	Example	
EXC	Excellent point	
FT	Follow through	
GA	Good analysis	
GD	Good Definition	
GEXA	Good example	
GEXP	Good explanation	
GIN	Good insight	
Gsev	Good source evaluation	
GUT	Good use of text	
	Underline tool	
	Wavy underline tool	
	Highlight tool	
IRRL	Irrelevant	
LD	Lacks depth	
LLS	Lacks Logical Structure	
LNK	Two statements are linked	
NAR	Lengthy narrative	
NBOD	No benefit of the doubt	
NE	Not enough	
NEX	No explanation given	
NExa	No Examples	
O	Opinion	

	On page comment	
PE	Poorly expressed	
	Unclear	
	Repetition	
		
SGP	Some good points	
	Correct point	
TV	Too vague	
U	Understanding	
VG	Vague	
VL	Very limited	
WARG	Well argued	

You **must** make sure you have looked at all pages. Please put the  annotation on any blank page, to indicate that you have seen it.

These generic markbands are intended to be read in conjunction with the paper-specific markscheme. The markbands concentrate on positive achievement, although for lower levels failure to achieve may be included in the description.

Marks	Level descriptor
0	If the answer does not achieve the standard described in markband 1–5 at the bottom end of that mark range, 0 should be recorded.
1–5	<p>At the bottom end of this mark range</p> <ul style="list-style-type: none"> there is very little understanding of the question or relevant knowledge. appropriate skills and organizational structure are lacking. the student's answer is no more than a collection of generalizations or a paragraph or two of facts, bearing little relation to the question. <p>In the middle of this mark range</p> <ul style="list-style-type: none"> little understanding is shown of the question, which is not addressed effectively. although some historical or geographical facts and comments are present they are limited, often inaccurate, and of marginal relevance. there is also very little evidence of appropriate skills and the structure is basic. <p>At the top end of this mark range</p> <ul style="list-style-type: none"> there is some indication that the question is understood. the question is partially addressed, and there is a limited amount of accurate and relevant knowledge. there is a limited demonstration of skills, focus and structure.
6–10	<p>At the bottom end of this mark range</p> <ul style="list-style-type: none"> the demands of the question are generally understood. the question may be answered with a relevant coherent argument, which is supported by limited material. alternatively, the answer contains accurate knowledge but is mainly descriptive or narrative, with only implicit analysis and few explanatory comments, or it is only made relevant by its conclusion. <p>In addition:</p> <p>Answers to history questions</p> <ul style="list-style-type: none"> demonstrate some attempt to structure an answer chronologically or analytically. <p>Answers to geography questions</p> <ul style="list-style-type: none"> demonstrate some attempt to structure an answer using appropriate concepts and terminology. <p>At the top end of this mark range</p> <ul style="list-style-type: none"> the demands of the question are understood and addressed, although not all the issues are considered. the answer is supported by accurate, relevant and adequate knowledge. <p>In addition:</p> <p>Answers to history questions</p> <ul style="list-style-type: none"> should have some evidence of analysis. <p>Answers to geography questions</p> <ul style="list-style-type: none"> should have an appropriate structure, and/or an understanding of relevant concepts and terminology. should include examples and case studies but these are limited in detail.

<p>11–15</p>	<p>Throughout this mark range The demands of the question are effectively and relevantly addressed, in a structured framework. In addition:</p> <p>Answers to history questions</p> <ul style="list-style-type: none"> • are clearly supported by appropriated factual knowledge • demonstrate a consistent level of explicit understanding and analysis. <p>Answers to geography questions</p> <ul style="list-style-type: none"> • are well-structured, and show an understanding of relevant concepts, and terminology • case studies are included and are well chosen.
<p>16–20</p>	<p>Throughout this mark range The demands of the question are effectively and relevantly addressed in a clearly structured and focused essay. Arguments are detailed and well developed. In addition:</p> <p>Answers to history questions demonstrate a consistent level of explicit understanding and ability. Where appropriate, the answer will demonstrate one or more of the following:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a well-developed awareness of historical processes • a good conceptual ability • a successful challenge to the assumptions implied in the question. <p>Answers to geography questions</p> <ul style="list-style-type: none"> • show accurate, specific, in-depth understanding of relevant concepts and terminology. • Include examples and case studies that are well-chosen and developed. • demonstrate a good and well-balanced attempt at evaluation/synthesis.

Este gabarito (markscheme) lista o que os membros da equipe de produção do exame tinham em mente quando criaram as perguntas. O conteúdo listado indica possíveis áreas que os candidatos podem cobrir em suas respostas. Eles não são pontos obrigatórios. Eles são apenas uma referência para ajudar os examinadores na sua avaliação. Os examinadores devem estar cientes que os candidatos podem ter uma diferente abordagem, que, se for o caso, deve ser validada. Os examinadores não devem esperar que todos os aspectos listados estejam presentes na resposta dos candidatos e devem permitir que outros aspectos válidos sejam considerados.

Seção A

Tema 1: A construção do espaço geográfico brasileiro

- 1. Com base no Plano de Metas criado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), examine a importância de duas forças, Estado e capital estrangeiro, que aparecem nesse novo processo de industrialização brasileira.**

Quadro geral:

- Foi uma década marcada por profunda divisão social de trabalho, a indústria torna-se o motor e o centro dinâmico da economia. Antes disso, o esforço de acumulação na economia nacional foi desenfreado, porém sem a existência de uma base industrial prévia. O cenário brasileiro era pobre em termos de máquinas e equipamentos.
- O Plano de Metas de Juscelino visava a superação desse cenário, resumido na expressão “crescer 50 anos em 5”.
- Foi um período conhecido como desenvolvimentista, onde ocorreu em maior escala a internacionalização econômica brasileira com empresas multinacionais.

Plano de metas:

- Dividido em 30 objetivos, atingia diversos setores da economia. Os que mais receberam recursos foram energia, transporte e indústria de base. Depois, foi incluído a 31ª meta, que foi construção de Brasília.

Sobre as duas novas forças – Estado e capital estrangeiro:

- Capital estrangeiro: importam tecnologia em processos industriais, máquinas e equipamentos, aumentando o trabalho e a exploração de mão de obra, consequentemente, aumentando a acumulação. Diferente de períodos anteriores, onde os investimentos eram direcionados para infraestrutura, agora, eles estão voltados para o aumento de produtividade.
- Estado: assume um novo papel investindo em setores de produção que leva a um aumento na diferenciação de interesses de diversas classes sociais. Isso causará falência ou colocará um limite no próprio populismo, porque naquele momento, torna-se difícil manter tamanha diversidade de interesses em harmonia (ex. operário, latifundiário).

2. **Muitos autores usam a expressão “incipiente” (que está no início) para caracterizar a inserção do Brasil na sua Segunda Revolução Industrial no período de 1930 a 1955. Avalie essa expressão sobre o processo de industrialização brasileira de acordo com a análise da conjuntura interna e externa brasileira nesse período histórico.**

Conjuntura externa:

- Após a crise de 1929 – efeitos da Grande Depressão – política de substituição de importações; o setor cafeeiro e valorização; Segunda Guerra Mundial.

Conjuntura interna:

- Aumento do mercado consumidor interno – grande êxodo rural (em especial da lavoura de café) e aumento da população urbana.
- Redução de importações de produtos industrializados, favorecendo a indústria nacional.
- Período marcado pela Era Vargas (1930–1945), na qual foi implementado uma política nacionalista com base industrial. Naquele momento, havia uma política econômica de “intervencionismo estatal”, com a criação de diversas empresas estatais no setor de bens de produção, dentre eles a CNS – Siderúrgica.
- Inicialmente, com a guerra, muitas atividades industriais no Brasil foram afetadas pela redução de exportação de equipamentos para países envolvidos nos conflitos, mas, posteriormente, estimularam o surgimento e desenvolvimento de indústrias no Brasil em algumas áreas para suprir essas necessidades (óleo, metalúrgicas, transformação de materiais não metálicos).
- Com a guerra, o Brasil também apresentou dificuldades em importar matéria-prima, o que estimulou o processo conhecido por substituição de importações, ou seja, o Brasil começou a produzir algumas matérias-primas nacionais (tintas, peças de carros).
- Na década de 50, o Brasil enfrentou um grande problema de infraestrutura, particularmente com a escassez de eletricidade, transporte e comunicação.
- O enfrentamento se dá parcialmente, com a criação da usina hidrelétrica de São Francisco e a Petrobrás.
- A incipiência de nossa segunda revolução industrial se dá pela quase falta de uma indústria de base nesse período.

Tema 3: Demografia e dinâmicas urbanas no Brasil contemporâneo

3. Em janeiro de 2016, Eliana Brum, jornalista e colunista do *El País*, publica o artigo “1500, o ano que não terminou” que trata sobre o assassinato recente de uma criança indígena (povo Kaingang) no Paraná. Em que medida o título do artigo nos permite compreender a situação de muitos povos indígenas hoje no Brasil?

- Desde a chegada dos portugueses em 1500, verifica-se o extermínio e/ou a diminuição da população e de muitos povos indígenas no território brasileiro. Cálculos aproximados estimam que, em 1500, havia uma população de 3 a 4 milhões de indígenas. Atualmente, segundo dados do IBGE, aproximadamente há 896.000 pessoas autodeclaradas indígenas no território nacional, com 227 povos conhecidos e 180 línguas e dialetos.
- Segundo esses mesmos dados, nos últimos anos, houve um acréscimo da população indígena. Atribui-se um especial atenção à causa indígena, mobilização indígena e mobilização da sociedade civil na luta pelos seus direitos e na demarcação de terras indígenas. Entretanto, os conflitos não cessaram e se agravaram nos últimos anos, em especial no período que se verificou um crescimento econômico no Brasil e no atual governo Temer.
- Desde o período colonial, já existiam vários conflitos envolvendo os indígenas – assistimos à escravização indígena e ocupação de seus territórios. Depois, os conflitos passaram a se intensificar e a se espalhar no território com a presença cada vez maior de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, construtores de hidrelétricas até os dias de hoje.
- Os conflitos não ocorrem exclusivamente nas terras indígenas, mas também no Congresso, onde as leis que tratam desse assuntos são discutidas e criadas. Os povos indígenas precisaram se reorganizar para disputar nesses novos espaços, pois criou-se no Congresso a chamada bancada ruralista, financiada por grandes empresários do setor agrário, para defender seus interesses. No Congresso há avanços e retrocessos na defesa dos povos e terras indígenas com as PECs (Projetos de Emendas Constitucionais).

O candidato pode utilizar conhecimento próprio para justificar a sua resposta e também mencionar exemplos de conflitos atuais, como por exemplo, a tentativa do governo Temer de rediscutir a forma de se demarcar terras. No governo de Dilma houve um conflito com a construção de Belo Monte na Região Norte do país. Recentemente teve o assassinato de indígenas por garimpeiros no norte do país.

4. **No ano de 2017, Bruna Sena, aluna negra, aprovada para o curso de Medicina em um dos vestibulares mais concorridos do Brasil, comemora a aprovação das cotas raciais na universidade e diz em entrevista ao Estadão: “A gente olha para a USP (Universidade de São Paulo) e não parece que está no Brasil”. Discuta a diversidade étnica no Brasil atual, explicando os desafios e as conquistas para superar o racismo e o preconceito racial.**

Situação da diversidade étnica no Brasil:

- População brasileira passa de 207 milhões em 2017 e é formada por 4 grupos étnicos: indígenas, branco, negro africano e asiático.
- Nos últimos anos, vários Indicadores socioeconômicos mostram uma melhoria nas condições de vida da população negra, bem como no acesso a serviços e direitos. Entretanto, ainda não é possível vislumbrar a superação do abismo racial. Os dados disponíveis indicam um caminho: é preciso apostar em políticas de ação afirmativa de forma consistente. Como dizem: “o jovem negro tem, hoje, oportunidades que seus pais não tiveram, mas isso não significa que elas sejam iguais”.

Alguns indicadores:

- Desemprego – segundo dados organizados pelo movimento Todos pela educação (2016), os dados seguem apontando a desigualdade entre brancos, negros e pardos: o desemprego é maior entre os pretos (7,5 %) e pardos (6,8 %) que entre os brancos (5,1 %). O trabalho infantil, maior entre pardos (7,6 %) e pretos (6,5 %), que entre brancos (5,4 %).
- Renda (IBGE – 2014) – entre os negros, a média de renda familiar per capita é 753,69 entre os pretos e R\$729,50, entre os pardos. Os brancos têm renda média de R\$1.334,30.
- De acordo com o Atlas do estudo sobre a Violência de 2017, a população negra, jovem e de baixa escolaridade continua totalizando a maior parte das vítimas de homicídios no país.
- Segundo IBGE (2015), negros são 17 % dos mais ricos e três quartos da população mais pobre brasileira. Essa mesma pesquisa revela que pessoas pretas e pardas têm mais probabilidade de viver em lares em condições precárias, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo, em relação à população que se declara branca.
- Em 2015, apesar de o número de negros cursando o ensino superior ter dobrado, influenciado por políticas de ações afirmativas, somente 12,8 % dessa população chegou ao nível superior, enquanto os brancos de nível superior eram que 26,5 % do total no mesmo ano, ou seja, o racismo persiste.

Acesso à USP e as políticas afirmativas:

- Embora a maioria da população brasileira seja negra e parda (52,9 %), predomina quase ou em absoluto a população branca no curso de medicina na USP, daí a percepção da aluna de estar em outro país. Movimentos sociais negros já reivindicavam políticas afirmativas – cotas raciais para o acesso de negros e pardos às universidades públicas, incluindo a USP. Entretanto, havia uma resistência por mudanças, ainda mais na USP, com perfil totalmente conservador. Com a mudança, o acesso será possível, mas colocará em questão novas demandas de políticas pela permanência desses estudantes na Universidade, já que uma grande parte, como é possível ver pelos dados acima, são pobres.
- Cotas raciais são objetos de intensos debates, principalmente pela perspectiva dos que defendem a meritocracia.

O candidato pode trazer outras informações/conhecimentos.

Tema 4: Meio ambiente e sociedade

- 5. De 2012 a 2017, quase 80 % dos municípios nordestinos decretaram estado de emergência ou de calamidade devido à seca. Avalie como o clima e a hidrografia do semiárido nordestino contribuem para que essa situação fique ainda mais preocupante e qual o seu impacto socioeconômico nessa região.**

Caracterização do semiárido:

- Clima – clima tropical semiárido; normalmente apresenta pouca quantidade de chuvas durante o ano, concentrando nos meses de dezembro a março, porém como não chove há cinco anos ou chove numa quantidade menor, o quadro fica mais alarmante; as temperaturas são sempre altas, o que acentua a evaporação da água na região. Há uma grande influência das massas de ar seca que dificultam a entradas das úmidas. Algumas das massas de ar úmidas que influenciam a região, por ter que percorrer grandes distâncias, chegam no Sertão já secas, outras, precipitam quase toda sua umidade ao atravessar topografia acidentada, como por exemplo, o Planalto da Borborema.
- Hidrografia – no sertão há muitos rios temporários, o que provoca escassez de água para a população, os animais e plantação nos períodos de estiagem. Em muitos casos, o estoque de recursos hídricos acaba sendo a água subterrâneo.

Impacto socioeconômico:

- O semiárido corresponde ao conhecido polígono da seca, aonde vive uma grande parcela da população nordestina e, economicamente, a mais pobre do Brasil. A escassez de água faz com que a população local percorra grandes distâncias a pé para obter água. Praticam-se, nessa região, a pecuária extensiva e, em algumas partes, a agricultura irrigada e também a agricultura familiar. Como a estiagem prolonga-se por anos, muitos agricultores perdem suas plantações, gado. Outros migram em busca de trabalho. Em algumas áreas, diante do tamanho da crise hídrica, decretou-se o uso da água só para uso humano e animal. Agrava-se ainda mais a situação e a vulnerabilidade da população pobre nesta região.

Aceitar outros conhecimentos do candidato.

6. Nas últimas décadas, passou a ser frequente, nos noticiários de televisão, reportagens sobre o aumento de temperatura nos grandes centros urbanos brasileiros. Para ilustrar, alguns dizem “enquanto a brisa sopra na periferia, o centro de São Paulo ferve”. Discuta por que isso ocorre, relacionando suas causas ao processo de urbanização.

- Esse é um fenômeno conhecido como ilhas de calor, resultado da ação humana sobre o meio ambiente, em especial nos centros urbanos, principalmente, quando se tem um processo de urbanização desenfreado e sem planejamento.
- Geralmente, utilizam-se asfalto, paralelepípedo, paredes de concreto ou tijolos, telhas que apresentam elevada capacidade de absorção de calor nas superfícies. Para ilustrar, o concreto, os tijolos e o asfalto absorvem a radiação solar direta, para transformá-la em calor latente e, mesmo à noite, eles continuam liberando calor.
- Em muitos centros, há escassez ou área super reduzida de vegetação, também se verifica uma diminuição drástica do poder de reflexão da superfície e, conseqüentemente, aumenta o poder de absorção de calor recebido, pois a vegetação absorve e libera a radiação solar rapidamente através do processo de transpiração.
- Devido o alto número de construção, os solos deixam de ser permeáveis à água da chuva, logo, há um escoamento rápido da água, diminuindo consideravelmente o processo de evaporação e o consumo de calor.
- E também, com o alto número de construções edificações, os ventos apresenta uma dificuldade de circular, que dificulta a dispersão do calor.
- Em muitas cidades, verificam-se diferenças consideráveis de temperatura em áreas muito próximas uma da outra, por exemplo, com 10 km de distância. Isso se dá porque enquanto na primeira área (com temperatura maior), há maior número de construção, maior circulação de carros e, conseqüentemente, de poluição, na outra, o nível de poluição é menor e apresenta uma taxa de arborização elevada.
- Já foi registrado, por exemplo, na cidade de São Paulo, diferença de 10 graus centígrados de diferenças de um lugar para o outro num mesmo horário.
- Segundo algumas pesquisas, é possível verificar esse fenômeno em Rio de Janeiro, em Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza.

O candidato pode trazer outras informações/conhecimentos.

Seção B

Tema 5: Do descobrimento ao fim do Período Colonial (1500–1822)

7. Analise os motivos que garantiram a longa duração do Quilombo dos Palmares, durante e depois da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro.

- O quilombo surgiu no final do século XVI e só foi exterminado em 1694.
- Ocupava um espaço territorial de aproximadamente 27 mil km quadrados, instalado na Serra da Barriga, dentro dos atuais estados de Alagoas e Pernambuco.
- Os relatos sobre a população quilombola chegam a estimativa de 20 mil habitantes. Tais números explicam o impacto que Palmares causou na conjuntura da época.
- Seu crescimento ocorreu principalmente entre as décadas de 1630 e 1650, quando a invasão dos holandeses prejudicou o controle sobre a população escrava e o tráfico negreiro.
- Ao longo dos seus quase cem anos, os quilombolas conseguiram derrotar em média, trinta expedições militares.
- A localização do Quilombo e o terreno extremamente acidentado da região, dificultavam a ação das tropas portuguesas e dos bandeirantes paulistas contratados para destruir os quilombos.
- A prosperidade e a capacidade de organização econômica do Quilombo também foi um fator que garantiu sua longa duração. Muitos quilombolas produziam para a própria subsistência, mas também conseguiram excedentes que os favoreciam em suas conexões mercantis com o mundo ao seu redor.

Em termos sociais, os quilombolas construíram uma rede de apoio e interesses envolvendo negros escravizados e livres, indígenas ou brancos pobres e perseguidos (por motivos religiosos, sociais ou econômicos), com os quais não só negociavam, mas também mantinham laços afetivos e até familiares.

8. Discuta a seguinte afirmação sobre a relação entre colonos e autoridades metropolitanas durante o século XVIII:

“A pressão exercida pelos portugueses sobre os mineradores motivou uma série de conflitos entre os colonos e as autoridades metropolitanas. A escassez de metais e pedras foi sistematicamente respondida com o endurecimento da fiscalização lusitana.”

- A partir do momento em que os portugueses souberam da descoberta do ouro em terras brasileiras, a necessidade de controle sobre a exploração das jazidas aumentou substancialmente.
- Em 1702, a metrópole oficializou a criação da Intendência das Minas, órgão que deveria administrar as regiões auríferas respondendo pelo policiamento, a cobrança de impostos e julgamento dos crimes ocorridos nessas localidades.
- Além do controle do uso, a metrópole também cuidava da arrecadação do Quinto, tributo onde vinte por cento de todos os metais e diamantes eram recolhidos pelos mineradores.
- Com a permanência dos diversos problemas com fraudes e tráfico, a Coroa Portuguesa decidiu também criar as Casas de Fundição. Nesse lugar, todo o ouro encontrado em forma de pepita ou pó deveria ser transformado em barras e marcado com o símbolo do governo metropolitano. Dessa maneira, a cobrança do quinto seria facilitada e o tráfico coibido com maior eficiência.
- Com o passar do tempo, a grande disponibilidade de metais preciosos e a crescente demanda de Portugal pelos recursos motivou uma nova reforma no sistema de tributação vigente. A partir de então, a cobrança do quinto fora estabelecida junto ao Sistema de Capitação. Segundo o novo imposto, cada um dos mineradores deveria pagar uma quantia proporcional ao número de escravos aptos para o trabalho que estivesse em seu nome.
- A redução dos minérios disponíveis entrou em choque com a constante demanda de Portugal. Não reconhecendo a diminuição do volume produtivo da atividade, a administração colonial decidiu buscar outras formas de cobrança junto aos mineradores. A partir de então, a Derrama foi instituída como imposto, com o objetivo de saldar as dívidas acumuladas pelos mineradores que deixavam de cumprir o pagamento dos outros impostos.

Reação dos colonos:

- Revolta de Filipe dos Santos: aconteceu em 1720 e representou a insatisfação dos donos de minas de ouro em Vila Rica com a cobrança do quinto e a instalação das Casas de Fundição. O movimento foi encerrado violentamente pela Coroa Portuguesa, e seu líder, Filipe dos Santos Freire, condenado à morte.
- Inconfidência Mineira: revolta ocorrida em Minas Gerais, em 1789, era contra a exploração do Brasil e a cobrança do imposto máximo cobrado pela Metrópole: a Derrama. Pretendia tornar Minas Gerais independente de Portugal. Porém, o movimento foi descoberto e seus participantes foram punidos pela metrópole. Tiradentes, considerado líder do movimento, foi morto e esquartejado em praça pública para servir de exemplo.

Tema 6: A experiência monárquica (1822–1889)

9. **Até que ponto as rebeliões do Período Regencial (1831–1840) podem ser consideradas uma ameaça à unidade política e territorial brasileira? Considere o contexto histórico e ao menos uma das revoltas como base de sua argumentação.**

Contexto histórico e significado das revoltas:

- O período regencial começa em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I e estende-se até 1840, quando Dom Pedro II assume o poder pelo chamado Golpe da Maioridade. É uma das fases mais conturbadas da história brasileira e de grande violência social.
- Ausência do Poder Moderador.
- No período regencial o debate era extenso e girava em torno das seguintes questões: monarquia, república, eleições diretas, centralização, descentralização, unidade territorial, fragmentação territorial e fim da escravidão.
- Havia uma grande disputa entre Liberais e Conservadores. Os primeiros defendiam uma maior autonomia das províncias, buscando descentralizar o poder, enquanto os segundos defendiam um poder centralizado na Capital, Rio de Janeiro.
- Pela primeira vez no país, os chefes de governo são eleitos por seus pares. Os brasileiros pobres continuam alijados da vida política da nação.
- As revoltas regenciais, que passaram a eclodir em todo o território nacional, deram impulso para que o grupo político dos *Regressistas* ganhasse força e tomasse o Estado.
- Em 1837, tem início o período conhecido como “Regresso Conservador” que provocará a retomada da centralização política no Estado Imperial, oprimindo as Revoltas Regenciais. Foram os Conservadores responsáveis pela “consolidação monárquica”, isto é, fortaleceram as estruturas estatais, projetaram e construíram os elementos que deram forma à identidade nacional e garantiram a vitória do projeto político centralista, iniciado no Primeiro Reinado por D. Pedro I.
- As revoltas regenciais podem ser divididas em dois grupos a partir da sua composição social: as elitistas e as populares. De um modo geral, enquanto as primeiras defendiam o separatismo do império e a adoção do modelo republicano, o caráter social das demais se manifestava, por exemplo, na crítica à escravidão.
- Foi na crítica às revoltas que se consolidou o entendimento de que elas ameaçavam três pilares que deveriam ser preservados: a unidade territorial, a monarquia e a escravidão. Dessa forma, a partir da Capital – o Rio de Janeiro – e sob o comando dos regressistas, as revoltas foram fortemente combatidas.

Revoltas Regenciais:

- Farroupilha (1835–1845) – Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Farroupilha foi a mais longa das revoltas do período e a mais elitista. O Rio Grande do Sul chegou a se declarar uma república independente.
- Sabinada (1837) – Bahia. A Sabinada foi um movimento de oposição ao governo regencial. Foi realizada por homens letrados e de posses da cidade de Salvador, que pretendiam criar uma república na província, enquanto D. Pedro II fosse menor de idade.
- Revolta dos Malês (1835) – Bahia. A revolta foi uma luta contra a escravidão em Salvador realizada por escravos africanos conhecidos como Malês, muitos dos quais eram muçulmanos vindos do norte da África.
- Cabanagem (1835–1840) – Grão-Pará, atual Pará. A Cabanagem foi uma revolta popular ocorrida no Pará contra a situação de miséria da população e contra os responsáveis por sua exploração. Os Cabanos eram homens e mulheres pobres, negros, índios e mestiços que trabalhavam na extração de produtos da floresta e viviam em casas semelhantes a cabanas.
- Balaiada (1838–1841) – Maranhão. A economia agrária da província atravessou uma grave crise causada pela queda do preço do seu principal produto, o algodão. Isso aconteceu pela perda de compradores no exterior, devido à concorrência do algodão produzido no sul dos Estados Unidos.

10. Em que medida a abolição da escravidão em 1888 pode ser considerada um fator determinante para o fim do Império no Brasil (1889)?

- Vários fatores contribuíram para a Crise do Império, entre eles: o movimento Republicano, os conflitos do Governo Imperial com a Igreja e o Exército e, principalmente, o movimento abolicionista. O/a candidato/a pode relacionar todos esses fatores como sendo determinantes para o fim do Império **ou** ressaltar o processo abolicionista como sendo o fator determinante para o seu fim.
- A partir de 1870, teve início o período mais crítico do Segundo Reinado. O Império já não conseguia atender aos interesses de diversos setores da sociedade, muitas vezes em conflitos entre si. As distintas insatisfações foram convergindo para uma mesma solução: o fim do regime Monárquico e a instituição da República.
- O conflito internacional que corroborou ao abalo das estruturas do império brasileiro foi a chamada Guerra do Paraguai.
- Uma crise na sucessão do trono, frente à doença de Dom Pedro II e a insatisfação com a possível herdeira do trono, Princesa Isabel, também contribuiu para determinar novos rumos ao Império.
- O encaminhamento da questão dos escravos abalou as relações políticas entre o Governo Monárquico e os proprietários dos escravos e de terras. Estes não se conformaram com a Abolição da Escravidão em 1888 e, sentindo-se abandonados pela Monarquia, acabaram por abandoná-la, depois de terem sido seu principal sustentáculo desde o início do Império.
- Essa insatisfação não iniciou, no entanto, com o fim do escravismo em 1888. Já se manifestava pelo menos desde 1871, quando o Governo Imperial propôs a Lei do Ventre Livre.

Tema 8: Brasil contemporâneo (1945–)

11. Discuta os principais objetivos do golpe militar no Brasil em 1964.

- Os militares tomam o poder do Estado e colocaram-se como promotores da ordem política. Firmaram um projeto de modernização aberto ao capital internacional, impuseram o autoritarismo e consagraram a vitória dos grupos conservadores.
- Alguns estudiosos argumentam que o objetivo estratégico do golpe de 1964 era instituir uma guerra civil que impedisse o nascimento de uma nova potência mundial no hemisfério Sul, o Brasil, comandada pelo então presidente João Goulart.
- Segundo os militares envolvidos no golpe de 1964, o objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas e deter a “ameaça comunista” que pairava sobre o Brasil.
- Os militares também temiam o avanço das organizações populares, inclusive dos sindicatos, da União Estudantil e da Liga Camponesa, chamados de “inimigos internos”. Conter a ação desses grupos era mais um de seus objetivos.
- O Golpe foi apoiado pela burguesia dominante, alguns grupos da classe média, a Igreja Católica e os Estados Unidos.
- Com o Golpe, deu-se início à implantação de um regime político marcado pelo “autoritarismo”, isto é, um regime político que privilegiava a *autoridade* do Estado em relação às liberdades individuais, e o Poder Executivo em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário.
- Já no início do que os militares chamavam de “Revolução”, ficou evidente uma característica que permaneceria durante todo o regime militar: o empenho em preservar a *unidade* por parte dos militares no poder, apesar da existência de conflitos internos nem sempre bem resolvidos.

12. Examine alguns dos aspectos políticos/sociais da Constituição de 1988 que podem ser considerados conquistas inovadoras.

- No dia 5 de outubro de 1988, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, oficializou a promulgação da nova Constituição brasileira, que ficou conhecida como “constituição cidadã”, em alusão às suas diversas conquistas no campo das liberdades individuais, os direitos de natureza social e política.
- Depois da morte de Tancredo Neves, eleito presidente pelo voto indireto, o vice-presidente José Sarney assumiu o posto presidencial com o objetivo de varrer os traços que ainda nos lembravam do período ditatorial. Por isso, o novo governo civil tomou as devidas providências para a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 1986. Depois de muitas discussões, a nova Constituição foi promulgada.

Conquistas inovadoras:

- Caráter humanitário: a tortura e o racismo se tornaram crimes inafiançáveis.
 - Com relação às leis trabalhistas: a nova lei incorpora diversos princípios da CLT assegurando uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, férias remuneradas com um adicional de 1/3 sob o valor do salário, a licença maternidade de 120 dias, a criação da licença-paternidade e a livre organização dos movimentos grevistas e sindicais.
 - A relação do cidadão e as instituições do poder judiciário: estreitadas com a criação do *mandado de injunção* – dispositivo pelo qual o cidadão recorre às autoridades judiciárias quando a lei não regulamenta determinada questão – e a obtenção de qualquer mandado de segurança que viole algum direito constitucional ou sinaliza abuso de poder.
 - Criação dos juizados de pequenas causas.
 - Benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais e criação de ações que garantem a proteção do meio ambiente e das populações indígenas.
 - Direito às comunidades descendentes de quilombolas a terem propriedade sob as áreas ocupadas por seus antepassados.
-